

Congresso dos ROC

Opinião



João Cipriano

ROC nº 631, Sócio da "Abreu & Cipriano, Auditores, SROC"

ROC: Um criador de valor

Vale a pena reflectir sobre o papel e a importância da profissão, realçando desde logo o interesse público intrínseco à auditoria financeira e o potencial que as valências profissionais dos ROC têm para as empresas, enquanto factores de criação de valor

As profissões de interesse público, carecem de um regime legal que as crie e enquadre a sua actuação e organização. Mas a sua afirmação e aceitação geral radica na circunstância de as suas funções darem resposta a relevantes necessidades sociais. É o apelo para a intervenção e responsabilização dos ROC nos vários domínios, vindo dos agentes económicos públicos ou privados, vertido ou não em imposições do legislador ou das autoridades, que confere a esta profissão a marca decisiva da sua utilidade social.

De facto, os ROC existem há 41 anos, atenta a data da sua criação na lei, mas as necessidades a que esta profissão responde, nomeadamente no campo da auditoria às contas e da opinião profissional e independente que as credibilize junto de quem as utiliza, têm uma origem muitíssimo anterior, são do momento presente e, cada vez mais, constituem uma exigência de modernidade e de construção de um futuro em bases sólidas.

Em Portugal, quando se quer desqualificar mediaticamente uma qualquer figura pública, especialmente no debate político, rotula-se essa pessoa de *ser um contabilista, ter uma mera visão contabilística, por contraposição à suposta erudição cultural e às vistas largas* de outros, dos homens públicos não contabilistas, ditos de *visão abrangente*... E, ironia dos tempos que correm, o debate público português é dominado por temas... tão contabilísticos!

Em intervenções e discussões nos *media*, somos tantas vezes inundados por um rol de asneiras, meias verdades, e ignorância. Não

são precisos os *“swap”* para colocar de manifesto o desconhecimento que por aí vai em matéria contabilística e financeira. Não ao cidadão comum, mas a certas personalidades com responsabilidade, exigir-se-ia um pouco de mais de conhecimento e cultura contabilística e financeira, evitando o uso de expressões como *“défice”, “dívida”, “activo”, “passivo”, “lucro”, “prejuízo”, “orçamento”, “balanço”, “saldo”,* de forma por vezes tão ligeira e distorcida, que em lugar de esclarecer, só confunde.

Chegados ao Portugal de 2013 e ao país que todos desejamos para nós e para os nossos filhos, talvez nunca como agora tanto se fez sentir a importância da informação financeira que emana da contabilidade e, sobretudo, da confiança que todos temos de ter no conteúdo da mesma.

Na era da informação, dos indicadores, dos painéis, dos processos de tomada de decisão em ambiente de risco e incerteza, e da própria formação de opinião numa cidadania que se quer esclarecida, convém que todos operemos com dados que se pretendem relevantes e fiáveis, porque obtidos em tempo útil, verdadeiros e pertinentes. E os ROC assumem aqui um papel decisivo.

Não estamos nós numa sociedade em que se reclama cada vez mais *“prestação de contas”,* de *“boas contas”,* como exigência de responsabilização a quem gere recursos que não lhes pertencem?

Não ouvimos reclamar recorrentemente procedimentos de *accountability* (dito em inglês, mesmo por quem não trabalha em contas, até cai bem...)?

Estamos perante uma profissão que conta no seu código genético, pela formação obrigatória do seu regime público de acesso comprovadamente exigente e selectivo, e ainda pela riqueza dum experiência diversificada junto das entidades económicas, com um acervo de competências que lhe permite ajudar as entidades.

Disponer de contas auditadas é um desiderato elementar para uma legal e saudável prestação de contas dos gestores junto dos sócios (donos do negócio).

Mas, mais além do cumprimento de disposições legais, enunciarmos algumas das inúmeras vantagens que a apresentação e divulgação de informação financeira, se

devidamente auditada por um ROC, proporciona a uma empresa, potenciando a sua valorização:

- Transmite confiança a quem lê essa informação;
- Revela a adopção de boas práticas;
- Integra um dos elementos de boa governação da empresa, perante os detentores de capital e demais stakeholders;
- Alicerça a percepção pública de se estar perante uma entidade cumpridora;
- Reforça a capacidade em obter crédito;
- Facilita a captação de mais investidores;
- Faz baixar a notação de risco junto da banca, e, por essa via, o custo do financiamento;
- Permite uma primeira ideia do valor da empresa junto de investidores e parceiros de negócio;
- Viabiliza a comparabilidade informativa do desempenho relevante em estratégias de contratação e entrada em novos mercados;
- Constitui requisito de qualificação para processos de licenciamento;
- É um elemento credibilizador no relacionamento com entidades de supervisão e com a autoridade tributária;
- É requisito para candidatura e obtenção de apoios financeiros;
- É uma base adequada para elaboração de planos de negócio credíveis e consistentes;
- É um suporte indispensável para um qualquer processo negocial. Mas contar com a colaboração de um ROC, ou de uma SROC, é aceder a um leque de serviços de enorme

utilidade para as entidades respectivas. Estamos perante uma profissão que conta no seu código genético, pela formação obrigatória do seu regime público de acesso comprovadamente exigente e selectivo, e ainda pela riqueza dum experiência diversificada junto das entidades económicas, com um acervo de competências que lhe permite ajudar as entidades:

- Transmite confiança a quem lê essa informação;
- Em assistência qualificada em matérias contabilísticas, financeiras e fiscais;
- Na avaliação de sistemas e processos de (re)organização internos;
- Na avaliação de riscos;
- Na elaboração de estudos, planos e diagnósticos;
- Na formação;
- Em aquisições de negócios, fusões e cisões;
- Em avaliações de entidades e negócios;
- Em candidaturas ou auditorias a programas comunitários;
- Em auditorias e peritagens ao abrigo de *due diligence*.

Numa comunidade ainda não completamente liberta de uma cultura que sobrepõe muitas vezes a forma à substância e que por vezes olha para o ROC como uma extensão dum legalidade formal imposta, surge cada vez mais com toda a naturalidade uma visão dos ROC que, agindo como auditores financeiros ou como prestadores de outros serviços compatíveis com o seu regime e competências, lhes confere o estatuto de autênticos agentes de criação de valor para as empresas e para a sociedade.